

# POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

*Nossa profissão, sua vida.*

## DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

### EAP - 3º SGT QPE/2009

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2009.

(a) FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM  
CHEFE DO CRS



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º  
TENENTES DO QOPM, QOE, QOC, 1º SARGENTOS DO QPE E 3º  
SARGENTOS DO QPPM E DO QPE, PARA O ANO DE 2009, PROVA II.**

**EAP - 3º SGT QPE/2009**

(Edital DRH/CRS nº 12/2009, de 10 de junho de 2009)

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

**1ª QUESTÃO** – Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- A. ( ) O prazo máximo para aplicação da reavaliação do TAF aos militares considerados reprovados na avaliação, contado a partir da data do encerramento do PERF, será de trinta dias.
- B. ( ) Os militares deverão realizar o treinamento prático de tiro com arma de porte (revólver ou pistola), dependendo da atividade que exercem, excetuando os integrantes do SIPOM.
- C. ( ) O militar que não atingir, no mínimo, o conceito “C” na prova prática com arma de fogo deverá, no período de cinco dias, ser reavaliado no mesmo módulo e utilizar o mesmo tipo de arma para efeito do TPB.
- D. ( ) O TPB será desenvolvido anualmente e deve dele participar todos os oficiais e praças da Corporação, independente das atividades que exercem, conforme calendário de execução existente na resolução nº 4.023/09-DEPM.

**2ª QUESTÃO** – Com relação à promoção na PMMG é correto afirmar que:

- A. ( ) O interstício mínimo para a promoção a Segundo Sargento é de seis meses na graduação de Terceiro Sargento.
- B. ( ) A idoneidade moral por possuir um caráter subjetivo, não pode ser considerada como requisito para a praça da PMMG concorrer à promoção.
- C. ( ) Não é computado, para efeito de promoção por merecimento, o tempo de exercício de cargo público civil temporário.
- D. ( ) Para promoção à graduação de Cabo na PMMG é sempre necessário o requisito de ser possuidor do Curso de Formação de Cabos ou equivalente.

**3ª QUESTÃO** – Assinale a **ALTERNATIVA INCORRETA** de acordo com os direitos dos militares previsto na Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969:

- A. ( ) Porte de arma, nos termos da legislação específica.
- B. ( ) Transferência para a reserva ou reforma, com proventos, na forma prevista na referida lei.
- C. ( ) Exercício da função correspondente ao posto ou graduação, ressalvados os casos legais de afastamento.
- D. ( ) Julgamento em foro especial, exceto no caso de delitos militares.

**4ª QUESTÃO** – De acordo com a Lei n.º 5.301, de 16 de outubro de 1969, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) A promoção por tempo de serviço é exclusiva de Soldados da ativa.
- B. ( ) O uso do uniforme, fora do País, é permitido aos militares que estiverem em férias ou missão oficial.
- C. ( ) Aos militares dispensados temporariamente serão asseguradas condições especiais para fins de promoção dentro do respectivo quadro.
- D. ( ) O militar será considerado estável após três anos de efetivo serviço no cargo, mediante avaliação de desempenho individual.

**5ª QUESTÃO** – À luz da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) O oficial da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ocupante do cargo de Comandante-Geral, de Chefe de Gabinete Militar do Governador ou de Chefe do Estado-Maior que completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício poderá permanecer em serviço ativo até o final do mandato do Governador do Estado, independente do limite de idade previsto no EMEMG.
- B. ( ) Não será transferido para a reserva, nem reformado, antes de transitar em julgado sentença absolutória ou declarada definitivamente a impunibilidade, o militar que estiver indiciado em inquérito ou submetido a processo por crime contra o patrimônio particular ou público.
- C. ( ) O limite de idade para permanência do oficial ou praça na reserva é de 75 (setenta e cinco) anos.
- D. ( ) O limite de idade para a permanência do oficial no serviço ativo é de 70 (setenta) anos.

**6ª QUESTÃO** – São consideradas causas de justificação previstas no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) Evitar mal maior, dano ao serviço ou à ordem pública.
- B. ( ) Motivo de força maior ou caso fortuito, mesmo sem ser comprovado.
- C. ( ) Ter sido cometida a transgressão somente em legítima defesa de outrem.
- D. ( ) Na prática de ação meritória sob coação resistível.

**7ª QUESTÃO** – Conforme preceitua o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), poderão solicitar ao Comandante-Geral, a disponibilidade cautelar do militar, as seguintes autoridades, **EXCETO**:

- A. ( ) O Corregedor da IME.
- B. ( ) O Sindicante.
- C. ( ) O Comandante da Unidade.
- D. ( ) O Presidente da Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar.

**8ª QUESTÃO** – De acordo com a Lei nº 14.310, de 19 de Junho de 2002 que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, a anulação da punição consiste em tornar totalmente sem efeito o ato punitivo, desde sua publicação, ouvido o Conselho de Ética e Disciplina da Unidade. A este respeito marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) Na hipótese de comprovação de ilegalidade ou injustiça, no prazo máximo de dois anos da aplicação da sanção, o ato punitivo será anulado.
- B. ( ) Uma das autoridades competentes para anular as sanções impostas por elas mesmas ou por seus subordinados é o Comandante de Unidade.
- C. ( ) A anulação da punição eliminará seus efeitos, permanecendo, no entanto, nos assentamentos funcionais, as anotações relativas à sua aplicação.
- D. ( ) Na hipótese de comprovação de ilegalidade ou injustiça, no prazo máximo de um ano da aplicação da sanção, o ato punitivo será anulado.

**9ª QUESTÃO** – A Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD compõe-se de três militares de maior grau hierárquico ou mais antigos que o militar submetido ao processo. Diante desta afirmativa, poderão compor a CPAD, os integrantes dos seguintes quadros:

- I - Quadro de Oficiais Saúde – QOS.
- II - Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM.
- III - Quadro de Oficiais Administrativos – QOA.
- IV - Quadro de Praças Policiais Militares – QPPM.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

- A. (    ) II, III e IV, apenas.
- B. (    ) II e IV, apenas.
- C. (    ) II, apenas.
- D. (    ) I, II, III e IV.

**10ª QUESTÃO** – As Decisões Administrativas, publicadas através do Memorando Circular nº 12.032.2/02-CG, foram editadas objetivando parametrizar as ações disciplinares do público interno. Sobre o assunto, é **INCORRETO** afirmar:

- A. (    ) Em uma mesma Unidade poderá ser criado mais de um CEDMU e seus membros deverão ser mais antigos ou de maior grau hierárquico que o militar cujo Processo ou Procedimento administrativo esteja sendo analisado.
- B. (    ) As atividades dos membros do CEDMU deverão ser desenvolvidas como encargo, mas as horas trabalhadas deverão ser computadas na carga-horária semanal do referido militar.
- C. (    ) O militar submetido a processo ou procedimento administrativo-disciplinar deverá, ao final, ser formalmente cientificado da sua solução, exceto no caso de arquivamento.
- D. (    ) Se o militar impetrar ação na Justiça sobre o mesmo objeto do recurso administrativo, fica a Administração impossibilitada de solucioná-lo enquanto houver pendência judicial.

**11ª QUESTÃO** – De acordo com as Diretrizes da Educação, previstas na Resolução nº 4.023, de 30 de abril de 2009, sobre o Treinamento Técnico (TT), **PODEMOS AFIRMAR QUE:**

- A. (    ) O TT será aplicado obrigatoriamente às quarta-feiras, no período da manhã, com a duração de duas horas, ao efetivo empregado na atividade administrativa.
- B. (    ) Será aplicado quinzenalmente a todos os militares, independente de sua atividade.
- C. (    ) O assunto a ser abordado deverá cuidar apenas de assuntos operacionais, não podendo se ater aos aspectos técnicos e doutrinários.
- D. (    ) O registro do TT ficará a cargo das Unidades e suas respectivas Frações, devendo constar os dados do treinamento executado, como data, assuntos, responsável e efetivo participante.

**12ª QUESTÃO** – Com referência aos Acessos, Operações e Ações Proibidas aos Usuários, a Resolução nr 3.854, de 26 de maio de 2006 que disciplina o emprego da informática e a utilização dos equipamentos e da infra-estrutura de Tecnologia da Informação na PMMG, **É CORRETO AFIRMAR:**

- A. ( ) Em hipótese alguma o usuário pode ter acesso, copiar, alterar ou remover arquivos de terceiros, sem autorização explícita do usuário a quem os arquivos pertencem.
- B. ( ) O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de acesso, pela senha e por outros tipos de autorização que são de uso pessoal e intransferível, e não podem ser compartilhados com terceiros, salvo em situações especiais, devidamente documentadas e autorizadas pelo Comandante, Chefe, Diretor ou Corregedor, e dentro dos prazos pré-determinados.
- C. ( ) O usuário pode indisponibilizar recursos computacionais de forma deliberada, sobrecarregando os recursos computacionais ou os de rede.
- D. ( ) O usuário é parcialmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas, utilizando-se de seu usuário e senha de acesso.

**13ª QUESTÃO** – As Diretrizes de Educação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, aprovadas pela Resolução nº 4.023-CG, prevêm que:

- A. ( ) O Teste de Avaliação Física (TAF) será aplicado anualmente, conforme Resolução específica, durante o período de realização do TPB presencial ou a distância.
- B. ( ) Nos casos de aplicação do TAF, após o período do Programa Especial de Recondicionamento Físico (PERF), como reavaliação, o exame não tem validade para fins de resultado do TPB.
- C. ( ) Os militares submetidos ao Teste Ergométrico, em substituição ao TCF, e nele aprovados, receberão conceito “D” para efeito de avaliação no TAF, devendo ser matriculados no PERF, conforme previsto em Resolução específica.
- D. ( ) O militar reprovado no CF do TAF será também considerado reprovado no TAF e deverá ser matriculado no PERF, conforme orientação médica, sendo reavaliado após a conclusão do programa.

**14ª QUESTÃO** – De acordo com o Memorando nº 11.866.2-EMPM, de 19 de agosto de 2002, que trata das Infrações disciplinares de pequeno potencial ofensivo ou consideradas menores, marque a única opção correta:

- A. ( ) Transitar na rua sem a cobertura, chegar atrasado, ficar alheio ao trabalho, dobrar manga da gangorra, são exemplos de infrações disciplinares de pequeno potencial ofensivo, mencionadas no Mem. 11.866.2/02-EMPM.
- B. ( ) Apesar do Mem. 11.866.2/02-EMPM tecer minudentes comentários acerca das infrações disciplinares de pequeno potencial ofensivo, o documento não cita exemplos concretos de transgressões de pequeno potencial ofensivo.
- C. ( ) O Mem. 11.866.2/02-EMPM procura traçar um paralelo entre o que aconteceu na cidade americana de NEW YORK, com o que está acontecendo na PMMG, inclusive, citando alguns exemplos ocorridos no USA, para uma melhor compreensão do texto.
- D. ( ) O Mem. 11.866.2/02-EMPM dedica especial atenção aos graduados, incentivando-os não se omitirem quando constatarem superiores praticando irregularidades. Em tais situações os fatos devem ser levados à administração através de relatório reservado.

**15ª QUESTÃO** – Marque a única opção correta referente a queixa disciplinar, segundo as recomendações previstas na Instrução de Corregedoria Nº 01, de 22 de setembro de 2005.

- A. ( ) A queixa não pode ser utilizada pelo servidor civil da PMMG, exigindo-se que o “queixoso” seja militar, independentemente do seu posto, graduação ou situação funcional.
- B. ( ) O militar queixoso deve demonstrar a prejudicialidade do ato praticado pelo superior hierárquico, mais antigo ou mesmo subordinado, normalmente relacionado com ofensas aos princípios da impessoalidade, legalidade e da imparcialidade.
- C. ( ) A apresentação da queixa será feita no prazo mínimo de 02(dois) dias e máximo de 10(dez) dias úteis, a contar da data do fato, encaminhada por intermédio da autoridade a quem o querelante estiver diretamente subordinado.
- D. ( ) Uma vez recebida a queixa disciplinar pela autoridade, esta, a qualquer tempo, deverá proceder os devidos encaminhamentos, tendente a esclarecer os fatos noticiados.

**16ª QUESTÃO** – O Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade (CEDMU) é o órgão colegiado que tem por finalidade assessorar o Comandante, Diretor ou Chefe de Unidade nos assuntos de natureza disciplinar, na análise de mérito para concessão de recompensas e nos recursos disciplinares, nos casos de retratação, analisando e emitindo parecer motivado sobre a documentação que lhe for encaminhada.

Considerando as recomendações previstas na Instrução de Corregedoria Nº 01, de 22 de setembro de 2005, **MARQUE A ÚNICA OPÇÃO CORRETA** referente ao CEDMU:

- A. ( ) O fator determinante para se saber se a documentação disciplinar deve ou não ser encaminhada ao CEDMU é a existência de transgressão disciplinar, estando ou não juntado ao procedimento/processo as razões escritas de defesa (RED).
- B. ( ) O militar destacado fará jus a passagem, diária ou outra indenização, caso queira comparecer à audiência deliberativa do CEDMU.
- C. ( ) Nenhum militar poderá compor mais de um Conselho simultaneamente, exceto se de Unidades diferentes.
- D. ( ) A autoridade competente, na hipótese de revisão da sanção que aplicou, poderá reconsiderar a sua decisão, sendo desnecessário ouvir o CEDMU ou mesmo enviar a documentação ao escalão superior, caso entenda procedente o pedido do requerente.

**17ª QUESTÃO** – **MARQUE A ÚNICA OPÇÃO CORRETA** referente a Sindicância Regular, segundo as recomendações previstas na Instrução de Corregedoria Nº 01, de 22 de setembro de 2005:

- A. ( ) Nas sindicâncias em que houver a necessidade da etapa acusatória, o rol de testemunhas de defesa, quando existir, deverá ser apresentado no momento do depoimento do acusado.
- B. ( ) O militar sindicante, recebendo a portaria da sindicância e identificando qualquer vício formal ou erro de mérito nesta, deverá retornar imediatamente o documento à autoridade delegante, fundamentando e expondo o aspecto a ser corrigido, a fim de se evitar irregularidades e nulidades no processo que prejudiquem e impeçam sua posterior solução.
- C. ( ) A notificação do sindicado para a etapa investigatória é de, no mínimo, 48h, ou 02(dois) dias.
- D. ( ) Se qualquer outra prova for produzida antes do relatório e após as razões escritas de defesa (RED), o sindicante poderá encerrar os trabalhos, não sendo necessário abrir nova vista ao sindicado para novas RED.

**18ª QUESTÃO** – Considerando as recomendações previstas na Instrução de Corregedoria Nº 01, de 22 de setembro de 2005, marque a única opção correta referente à Comunicação Disciplinar:

- A. ( ) Uma vez constatada a falta disciplinar, deve o militar realizar a comunicação do fato por escrito ao seu Comandante direto, a qualquer tempo, sendo este o responsável pelo encaminhamento de tal instrumento.
- B. ( ) Ao elaborar a comunicação disciplinar é recomendável que o comunicante, além de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e a hora da ocorrência, exponha seus comentários e opiniões pessoais, a fim de facilitar a decisão da autoridade.
- C. ( ) A comunicação disciplinar deve ser a expressão da verdade presumindo-se verdadeiras as afirmações do comunicante, cabendo ao comunicado provar o contrário.
- D. ( ) A comunicação disciplinar é o instrumento adequado para que o militar estadual leve ao conhecimento da autoridade competente fato contrário às normas legais, praticado por militar, seja ele subordinado ou não.

**19ª QUESTÃO** – De acordo com o Manual de Prática Policial - volume 01, toda a abordagem deve ser planejada previamente e, em tal planejamento, levar em conta a rendição do suspeito. A este respeito, caso o suspeito se renda, deve-se adotar procedimento padrão para captura/prisão. Marque a alternativa **CORRETA**, que contém um dos passos desse procedimento padrão:

- A. ( ) Conduza-o diretamente à sede de sua fração PM, para apresentação à imprensa.
- B. ( ) Tente identificar o local para onde levá-lo dentro da área de segurança, sem necessidade de algemá-lo.
- C. ( ) Sem imobilizar o suspeito, mantenha-o em uma das posições de busca.
- D. ( ) Proceda a busca pessoal. Assegure-se de que cada policial sabe exatamente o que deve fazer.

**20ª QUESTÃO** – A respeito dos níveis de força da Polícia, indicados pelo Manual de Prática Policial – Volume I, pode-se **AFIRMAR QUE** :

- A. ( ) A *verbalização* pode e deve ser utilizada em conjunto com qualquer outro nível de força, sempre que possível.
- B. ( ) A presença policial, embora possa prevenir um futuro crime, não pode ser considerada uma das alternativas dos níveis de força.
- C. ( ) Ao se progredir para o nível de força *controles de contato*, pode-se utilizar cães e agentes químicos mais leves.
- D. ( ) Ao definir o nível de força que será utilizado, o policial deve ter em mente que quanto maior o nível da força, menor será a necessidade de sua justificativa posterior.

**21ª QUESTÃO** – No processo mental da agressão, marque a única alternativa **CORRETA** quanto à seqüência de procedimentos que o policial deve adotar para responder à uma ameaça:

- A. ( ) Conter, isolar e controlar a ameaça.
- B. ( ) Conter, certificar, decidir e agir.
- C. ( ) Identificar, certificar, decidir e agir.
- D. ( ) Identificar, isolar, decidir e agir.



**22ª QUESTÃO** – Com relação à busca pessoal coloque (V) quando a proposição for verdadeira e (F) quando for falsa. Posteriormente, marque a **SEQUENCIA CORRETA**:

- ( ) A busca em mulheres, no caso de uma situação de emergência que possa ocasionar conseqüências irremediáveis, não havendo a possibilidade de utilização de policial feminino ou outra mulher, em último caso, poderá ser realizada por um policial masculino.
- ( ) A Busca completa é realizada com a pessoa com os braços elevados, se possível colocando as mãos sobre a cabeça, com os dedos entrelaçados, normalmente procedida nas casas de diversões públicas.
- ( ) Busca minuciosa é empregada em recinto fechado, retirando toda a roupa do suspeito.
- ( ) A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou de papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

- A. ( ) F, F, F, V.
- B. ( ) V, F, F, V.
- C. ( ) V, F, V, V.
- D. ( ) F, V, F, V.

**23ª QUESTÃO** – Marque a alternativa **CORRETA**.

Segundo o Manual de Prática Policial, volume 1, o quarteto que governa o pensamento tático e que deve estar em mente do policial militar é:

- A. ( ) Área de insegurança, controle da situação, visualização do abordado e ponto quente.
- B. ( ) Área de insegurança, área protegida, ponto neutro e ponto quente.
- C. ( ) Área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente.
- D. ( ) Área de segurança, perímetro policial, área de perigo e visualização do abordado.

**24ª QUESTÃO** – Marque a alternativa **CORRETA**.

De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, sempre que o policial militar for chamado a fazer uma intervenção com o USO DA FORÇA, principalmente em seu uso extremo que é o uso letal, deve ter em mente uma PRIORIDADE EM TERMOS DE SEGURANÇA, que são, respectivamente:

- A. ( ) 1º segurança dos policiais, 2º segurança do público, 3º segurança do indivíduo suspeito ou infrator.
- B. ( ) 1º segurança do público, 2º segurança dos policiais, 3º segurança do indivíduo suspeito ou infrator.
- C. ( ) 1º segurança dos policiais, 2º segurança do indivíduo ou infrator, 3º segurança do público.
- D. ( ) 1º segurança do indivíduo suspeito ou infrator, 2º segurança dos policiais, 3º segurança do público.

**25ª QUESTÃO** – Marque a alternativa **CORRETA**.

São princípios essenciais para o uso da força, de acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1.

- A. ( ) Legalidade, necessidade, proporcionalidade, conveniência.
- B. ( ) Legalidade, conveniência, legítima defesa própria, legítima defesa de terceiros.
- C. ( ) Legalidade, proporcionalidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal.
- D. ( ) Legalidade, necessidade de prisão, segurança da guarnição, segurança do público.

**26ª QUESTÃO** – O Manual de Prática Policial, volume 1 ensina que: “ao deslocar-se em situação de risco, considere ter a arma pronta para uso na mão”. Sabendo-se que a utilização da arma deve seguir os princípios abaixo relacionados, assinale a sequência correta para as assertivas abaixo, considerando-se, para tanto, **“C”** para as corretas e **“E”** para as erradas:

- ( ) Estando de serviço, mantenha somente as armas de porte sempre em condições de uso.
- ( ) Só aponte a arma para o objetivo que você queira imobilizar.
- ( ) Se antecipe sempre, não espere ter certeza absoluta a respeito da agressão para utilizar a força letal.
- ( ) Nunca ponha o dedo no gatilho se você não tem intenção de atirar.

- A. ( ) E, C, E, C.
- B. ( ) C, C, E, E.
- C. ( ) E, E, C, C.
- D. ( ) C, E, C, E.

**27ª QUESTÃO** – A lanterna continua sendo um recurso eficaz para as atuações em locais de baixa luminosidade. Dentre suas principais utilidades, destaca-se, **EXCETO**:

- A. ( ) Identificação de pessoas.
- B. ( ) Auxiliar na pontaria.
- C. ( ) Auxiliar na sinalização.
- D. ( ) Ajudar na visada, porém dificulta o deslocamento.

**28ª QUESTÃO** – De acordo com o Manual de Prática Policial, todas as ações de adentramento, envolvendo suspeitos armados ou não, podem ser enquadrados em duas categorias dependendo da qualidade de informações recebidas pelo policial. Quanto a estas categorias, para montagem da operação, é **correto** afirmar que as informações podem ser:

- A. ( ) “indireta” para localizar e “direta” para prender.
- B. ( ) “decodificada” para localizar e “codificada” para prender.
- C. ( ) “imprecisa” para localizar e “precisa” para prender.
- D. ( ) “planejada” para localizar e “despreparada” para prender.

**29ª QUESTÃO** – O militar que deixa de levar ao conhecimento do seu superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, pratica o crime militar de:

- A. ( ) Omissão de Motim.
- B. ( ) Omissão de Lealdade Militar.
- C. ( ) Omissão de Revolta.
- D. ( ) Motim e Revolta.

**30ª QUESTÃO** – Ébrio, Soldado do serviço ativo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, durante seu período de férias, em visita a Belo Horizonte, caminhava, durante a madrugada, em atitude suspeita em uma das ruas do centro de BH, quando foi abordado por uma guarnição da PMMG, escalada naquele setor de patrulhamento. Insatisfeito com a ação dos Militares Estaduais de Minas Gerais, Ébrio, passou a difamar e injuriar os integrantes da Guarnição, sendo por isto preso em flagrante delito.

Com as informações acima e baseado no Artigo 9º do Código Penal Militar marque abaixo a única opção correta:

- A. ( ) O Soldado Ébrio cometeu crime militar.
- B. ( ) O Soldado Ébrio NÃO cometeu crime militar e sim crime comum.
- C. ( ) O Soldado Ébrio NÃO cometeu crime algum.
- D. ( ) O Soldado Ébrio cometeu crime militar e crime comum.

**31ª QUESTÃO** – Num final de semana, no quartel do 122º BPM, o Sgt “Correto”, de serviço de Adjunto ao Oficial de Dia, deu uma ordem ao Soldado “Druzio”, que ao local chegava, para que estacionasse o veículo corretamente na vaga. O problema foi que o Soldado “Druzio” dirigiu ao Sargento “Correto” e sem justo motivo, desferiu-lhe um murro no peito, razão pela qual fora preso e autuado em flagrante delito por esta prática.

Com as informações acima, marque a **ÚNICA OPÇÃO CORRETA**, indicando qual crime militar praticado pelo Sd “Druzio”:

- A. ( ) O Soldado cometeu crime militar de Lesão Corporal de natureza Leve.
- B. ( ) O Soldado cometeu crime militar de Injúria Real.
- C. ( ) O Soldado cometeu crime militar de Violência contra Superior.
- D. ( ) O Soldado cometeu crime militar de Violência a Militar de Serviço.

**32ª QUESTÃO** – O Sd Esperto, do 100º BPM, escalado de motorista da ADM, sem autorização de quem de Direito, apossa de uma VTR militar que se encontrava engarajada na Unidade, com a intenção de ir a um supermercado para fazer compras particulares. Realizado seu intento, quando o militar estacionava a vtr em sua OPM, no local onde se achava e sem nenhuma avaria, foi surpreendido pelo Oficial de transportes da Unidade, que após tomar conhecimento dos fatos, prendeu o militar em flagrante delito.

Com as informações acima, **MARQUE A ÚNICA OPÇÃO CORRETA**, indicando qual crime militar praticado pelo Sd Esperto:

- A. ( ) Peculato.
- B. ( ) Apropriação indébita.
- C. ( ) Utilização indevida de viatura militar.
- D. ( ) Furto de uso.

**33ª QUESTÃO** – O policial militar que, em serviço de policiamento ostensivo, exige dinheiro de condutor de veículo automotor, para não autuá-lo por infração de trânsito, pratica o crime militar de:

- A. ( ) Corrupção ativa.
- B. ( ) Concussão.
- C. ( ) Corrupção passiva.
- D. ( ) Excesso de exação.

**34ª QUESTÃO** – O Graduado que, na condição de sargenteante, privilegia soldado com escala de serviço mais amena, recebendo em troca um aparelho de telefonia celular, pratica o crime militar de:

- A. ( ) Corrupção passiva.
- B. ( ) Corrupção ativa.
- C. ( ) Concussão.
- D. ( ) Exercício ilegal de função.

**35ª QUESTÃO** – O policial militar que, no serviço de policiamento ostensivo, lança, falsa e conscientemente, no Boletim de Ocorrência (BO), nome de condutor de veículo com habilitação, no lugar do inabilitado que, realmente, estava dirigindo, comete o crime militar de:

- A. ( ) Falsidade de documento.
- B. ( ) Falsidade ideológica.
- C. ( ) Prevaricação.
- D. ( ) Exercício funcional irregular.

**36ª QUESTÃO** – De acordo com o Memorando nº 11.271.2-EMPM, de 03 de setembro de 2004, que trata da acumulação ilícita de cargo público, marque a única opção correta:

- A. ( ) Atualmente, todos os profissionais de saúde da PMMG podem possuir no máximo dois cargos públicos, desde que sejam em entes federativos distintos.
- B. ( ) Na hipótese de ser constatado a acumulação ilícita de cargo público por integrante da PMMG, este militar estadual será transferido para reserva remunerada, com os vencimentos proporcionais ao seu tempo de serviço.
- C. ( ) Atualmente os únicos profissionais de saúde da PMMG que são permitidos a acumulação de cargo público são os Médicos Militares, que tenham comprovados, à época da promulgação da Constituição Federal/88, estarem exercendo cargo privativo de médico na Administração pública direta ou indireta.
- D. ( ) Os auxiliares de saúde da PMMG possuem regulamentação própria e não são regidos pelos dispositivos legais mencionados no Mem. 11.271.2-EMPM, de 03/09/04.

**37ª QUESTÃO** – Os militares condenados nos crimes previstos no Decreto-Lei nº 1001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar), estão sujeitos às seguintes penas principais, previstas no art. 55 do referido diploma legal. **EXCETO:**

- A. ( ) Perda do Posto e Patente.
- B. ( ) Morte.
- C. ( ) Impedimento.
- D. ( ) Reforma.

**38ª QUESTÃO** – Considere as alternativas abaixo, associando-as aos crimes previstos no Código Penal Militar e assinale a sequência numérica correta:

- |   |     |   |
|---|-----|---|
| (1) Motim. (art. 149)                       | ( ) | Desrespeitar superior diante de outro militar.  |
|   | ( ) | Deixar o militar ou assemelhado de levar a conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao to criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo. |
| (2) Recusa de Obediência. (art. 163)        |     |   |
|   | ( ) | Reunirem-se militares ou assemelhados assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência em comum, contra superior.  |
| (3) Desrespeito a Superior. (art. 160)      |     |   |
|   | ( ) | Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.  |
| (4) Omissão de Lealdade Militar. (art. 151) |     |   |

- A. ( ) 4,2,3,1.  
B. ( ) 2,3,4,1.  
C. ( ) 3,4,1,2.  
D. ( ) 3,1,2,4.

**39ª QUESTÃO** – Considere as alternativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – No caso do crime de Lesão Corporal de natureza levíssima, o juiz pode considerar a infração como disciplinar.

II – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação não configura crime de natureza militar por falta de previsão legal, ou seja, o tipo penal não existe no Código Penal Militar.

III – Não se considera crime de furto, conforme o art. 240 do CPM, se a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava (Furto de Uso).

IV – O Militar Estadual que no desempenho de suas funções, se apropria de dinheiro apreendido pertencente a pessoa detida durante uma ocorrência policial, em tese, pratica o crime de Concussão previsto no art. 305 do CPM.

- A. ( ) Somente a alternativa IV está correta.  
B. ( ) Somente as alternativas I e IV estão corretas.  
C. ( ) Somente a alternativa III está correta.  
D. ( ) Somente a alternativa I está correta.

**40ª QUESTÃO** – Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- A. ( ) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado praticado contra a incolumidade física do indivíduo, exceto quando da prisão em flagrante delito.
- B. ( ) O ato da autoridade que ordena a execução de medida privativa de liberdade individual, com as formalidades legais, constitui abuso de autoridade.
- C. ( ) Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa, salvo no caso de delito de natureza militar, constitui abuso de autoridade.
- D. ( ) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado praticado contra o direito de reunião.

----- corte aqui-----

**RASCUNHO – GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40